



UMA COMPREENSÃO DE ESTRATÉGIA

**Prefácio do Gen Ailleret,
ex-Chefe do Estado-Maior das
Forças Armadas francesas**

**Tradução e adaptação: Gen Obino
Alvares**

Prefaciando *La Stratégie Contre La Guerre*, do Prof. Léo Hamond, o Gen Ailleret, ao avaliar a dificuldade para conceituar Estratégia, propõe-nos seu processo pessoal de entender o significado desse tema. Refletindo sobre essa maneira de abordar conceito de tal complexidade, julguei de grande interesse e oportunidade divulgar suas idéias, prevendo nossa retomada mais objetiva do seu estudo.

Assim se expressa o Gen Ailleret:

“Segundo muitos autores, como veremos nas primeiras páginas

do livro do Prof. Léo Hamond, há numerosas definições de Estratégia, bastante diferentes entre si, às vezes contraditórias em parte. Permito-me juntar a elas uma outra definição que não pretendo impor, a que utilizo em meus trabalhos pessoais.

Para mim, a estratégia não é uma arte, uma ciência, uma técnica ou uma disciplina que tenha conteúdo bem definido, ou que verse sobre assunto determinado. O vocábulo “estratégia”, ao contrário, define um nível de onde examinamos ou tratamos de questões relacionadas com a guerra, seja para conduzi-la, prepará-la ou para utilizar com propósitos políticos as situações que dela resul-

tam, ou pela dissuasão que sua ameaça possa gerar no espírito dos possíveis adversários.

A meu ver, o adjetivo "estratégico" define, desse modo, de um lado, o nível onde se conduzem ou se preparam as operações militares no escalão mais elevado do comando, isto é, no nível dos comandantes-em-chefe dos teatros de operações (TO); é o nível da estratégia militar; de outro lado, é o nível daqueles que decidem sobre a guerra e que, a seguir, garantem a conduta de conjunto fixando os objetivos dos comandantes-em-chefe, que devem ser designados; é o nível da estratégia governamental.

Tudo aquilo que ponderam os comandantes dos TO ou consideram os governos dos Estados, quando encaram ou fazem a guerra, é, portanto, visto sob o ângulo estratégico e, conseqüentemente, segundo minha compreensão, é estratégico.

Os mesmos fatos, encarados em outros níveis ou escalões, ao contrário, não são estratégicos. Por exemplo: a atuação de uma divisão blindada (DB) em manobra ou na batalha, vista pelo comandante que dirige a ação de sua Grande Unidade, é, incontestavelmente, "tática". Entretanto, a ação dessa DB como componente da manobra ou da batalha de conjunto do comandante do TO é para este último estratégica.

Na verdade, permanece pouco confortável traçar limite preciso entre a estratégia governamental

que é, antes do mais, política, e a estratégia militar, que é principalmente operacional. É necessário insistir sobre o fato de que ambas são complexas. Assim, a estratégia governamental engloba a estratégia política, isto é, a consideração do emprego da força ou a ameaça do seu emprego para fins políticos que, aliás, podem ser apenas defensivos. Mas ultrapassa-a inteiramente, porque também inclui a imensa gama de ações governamentais que visam às medidas a tomar para adaptar o instrumento militar adotado à sua política: concepção e organização das forças; pesquisa científica e técnica para a defesa, produção industrial de armas e equipamentos; financiamento dos exércitos; seleção dos chefes encarregados de preparar as forças em função das operações previstas e de conduzi-las quando necessário.

Assim, também, para os chefes militares dos escalões mais diretos, a estratégia militar engloba a estratégia operacional que se apresenta como a estratégia militar em seu estado mais puro, e que, na prática, consiste em conduzir as ações no TO, em tempo de guerra; contudo, inclui também, para seus responsáveis, todas as atividades que preparam essas operações eventuais; estudo geral das situações possíveis; conhecimento dos adversários eventuais; estabelecimento, senão de doutrinas, muitas vezes perigosas pelo imobilismo que projetam no pensamento militar, ao menos dos planos de emprego corresponden-

tes às várias hipóteses de guerra encaradas; definições dos meios necessários ao cumprimento das missões previstas, já fixadas no nível governamental; seleção e formação do pessoal dos exércitos e muitos outros problemas ainda que, vistos dos escalões dos comandos estratégicos, pertencem também à estratégia militar. Sendo a estratégia operacional a meta, a justificação e a materialização dos fatos se a guerra vier a ser realizada são da estratégia militar em seu conjunto.

Teoricamente, estratégia política e estratégia militar são não só de níveis diferentes, sendo o nível político necessariamente superior ao nível militar, mas também de natureza diferente: a primeira é de caráter essencialmente político e conduz antes de tudo à definição dos objetivos esperados do emprego da força, enquanto a segunda é de caráter mais técnico e se relaciona com a conduta das operações, visando atingir os objetivos fixados pela política.

Na realidade, como comandar é prever, os comandantes-em-chefe, agindo em função das diretivas atribuídas para atingir fins políticos, não podem adaptar suas operações tão estreitamente como seria necessário à política do governo, a menos que percebam imediatamente ou, no mínimo em tempo útil, as variações devidas à evolução dos acontecimentos. De outro lado, não podem os governos aplicar a força para a realização de sua política, a menos que levem

em conta a real capacidade de seus meios militares, que apenas eles, os responsáveis pela conduta das operações, são capazes de avaliar com certa exatidão.

As duas estratégias, portanto, reagem uma sobre a outra, não importa que, muito diferentes por seu objeto e natureza, sejam bastante entrelaçadas, difíceis de dissociar, o que explica serem designadas pelo mesmo vocábulo, "estratégia". De certo modo, se assimila ao problema da arquitetura: certo é que há uma diferença essencial entre o ponto de vista do proprietário que vai construir um imóvel e o do arquiteto; um decide e ordena, e o outro executa; um fixa os objetivos a atingir, e o outro os realiza. Contudo, tanto para um como para o outro, os problemas de construção do imóvel, de suas instalações e de suas cercanias, são bastante vizinhos e só podem ser discutidos em comum.

Assim, a estratégia, sob seus dois aspectos estreitamente entrelaçados, é, finalmente, em seu conjunto, o assunto de nível mais elevado de uma nação: o nível governamental. Ora, o governo nada mais faz que representar o povo, o qual, nos regimes democráticos como o nosso, é o senhor do seu destino ou, se quisermos retomar nossa comparação, é o proprietário que decide sobre o imóvel que é necessário construir. Por isso, se o povo não necessita pôr interesse direto nos trabalhos dos escalões subalternos (por exemplo, não há

grande necessidade de controlar as técnicas dos níveis de execução das forças armadas), do mesmo modo que o proprietário pouco se preocupa com o modo em que serão colocados os tijolos e as torneiras de sua casa, ele, o povo, está direta e imediatamente interessado na estratégia. . . — como fatos do dia-a-dia, como a política econômica e social de seu governo.

É portanto extremamente desejável que o estudo dos problemas da estratégia seja ampliado, de modo a atender, fora do quadro estreito dos profissionais, o maior número possível de cidadãos, inicialmente aqueles que se orientam para as ciências ou para as atividades políticas.

Isso é tanto mais importante porque em nossos dias o progresso das armas de destruição em massa, por outras razões e de certo modo, restabeleceu condições análogas às da História Antiga ou da Idade Média. Naqueles tempos, freqüentemente se aniquilava a totalidade da população do país vencido, que era sistematicamente passada pelas armas. Hoje, o emprego, ainda que limitado, das armas nucleares poderá produzir efeito semelhante, mesmo nos maiores países do mundo. Por esse motivo, os problemas de guerra e paz têm importância maior para as nações do que nos séculos clássicos da História Moderna e Contemporânea que precederam os nossos dias. Tanto mais que a ordem de grandeza dos meios atuais

de destruição são de tal modo diferentes dos da última guerra mundial que toda extrapolação de ensinamentos está praticamente excluída.

Isso não quer dizer que todas as lições do passado sejam sem interesse; bem ao contrário. Contudo, tais lições são válidas apenas no campo do comportamento dos homens e das instituições, diante das situações de crises dramáticas. Jomini dizia que "a guerra é um drama aterrador e apaixonado". Elas não o são mais sobre o plano dos processos que definem os equilíbrios de força suscetíveis de estabelecerem-se ou de romperem-se com adversários eventuais, e determinam as conseqüências que poderão ter as operações militares sobre os povos e seus países.

A alteração nas ordens de grandeza do poder das armas modernas torna aterradoras as conseqüências da guerra e muito aleatória a sua conduta, difícil de prever e de planejar; por tal motivo, torna-se mais operante e eficaz do que nunca o ditado, velho como o mundo: *Si vis pacem para bellum* — o fenômeno da dissuasão. Ele torna menos prováveis que no passado as guerras simétricas, em que exércitos de natureza idêntica se enfrentam no campo de batalha, e tende a substituí-las por usos de natureza limitada e dissimétrica da força, como no caso das guerrilhas que caracterizam a guerra revolucionária de nossa época e onde se opõem a exércitos clássicos, forças de um outro tipo, explorando suas

possibilidades de dissimulação e surpresa, contando sempre com o apoio geral da população.

Contudo, não será suficiente contar com a dissuasão simples, resultante apenas da existência de armas de grande poder, se não houver de parte de seus possuidores, ao mesmo tempo que a vontade e a ânsia de não ter de empregá-las, a determinação mais completa e a capacidade de utilizá-las se o inimigo eventual forçá-los a agir desse modo. Porque é precisamente uma das permanentes lições da História, sempre válidas, que a arma mais terrível não causa medo a ninguém, quando manejada pelo mais brilhante intelectual, se frouxo ou covarde.

Seja o que for a estratégia em seus processos, ela não pode mais, em nossos dias, ser pensada objetivamente senão partindo dos fatos tal qual são e não mais se relacionando com o passado. Hoje, contudo, ela coloca imensos e angustiantes problemas para todos os povos e, em particular, para o povo francês. Se, por exemplo, entre duas potências que disponham de armas nucleares vier a produzir-se uma ameaça ou o início de um conflito, convirá preferir, à estratégia de represálias maciças sobre o agressor, a estratégia tantas vezes louvada de "resposta flexível" da escalada?

Parece justo que a "resposta flexível", consistindo em opor-se a uma agressão limitada na natureza dos meios empregados, por meios da mesma ordem, será apli-

cável com sucesso apenas nos locais onde aquele que é atacado possui, por motivos de proximidade, por exemplo, e de facilidades logísticas, uma superioridade evidente sobre o plano dos meios postos em ação. Ao contrário, uma tal reação no caso de inferioridade manifesta é absurda, pois leva à derrota local e resultará na capitulação em termos deliberados.

Quando uma sorte de equilíbrio de meios se estabelece em face das condições do teatro de operações encarado, de que valerá a resposta flexível? Pouca vantagem, provavelmente, porque o prosseguimento de uma batalha, a armas iguais, deve conduzir, fatalmente, a uma iminência de derrota para um dos dois antagonistas; o outro, sob pena de capitular e perder a face, será levado, necessariamente, a empregar meios mais poderosos em sua natureza, no quadro a que chamamos uma "escalada", que conduzirá, seja ao termo do conflito por comum acordo, seja à sua extensão, até a troca maciça, recíproca e irrestrita de armas nucleares sobre o potencial de seu adversário.

Esse método terá a vantagem de retardar por algum tempo a destruição recíproca e catastrófica de dois países ou grupo de países inimigos e, numa certa medida, lhes permitirá aproveitar esse retardamento para ter a chance, bastante problemática aliás, de deter o flamejar das batalhas, por consentimento mútuo, antes de atingir o último estágio da destruição sem restrições.